



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 04/2013

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

Aos dezoito dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Sr. José Manuel Barata Moreira, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e a Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva.

FALTAS

Foi justificada a falta da Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Fragoso, por se encontrar de férias, sendo substituída pelo Vereador, Sr. José Manuel Barata Moreira -----

INÍCIO

Quando eram quinze horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

Operações Orçamentais: um milhão, setecentos e vinte e um mil, seiscentos e

quarenta e nove euros e noventa e quatro centimos. -----

Operações não Orçamentais: cento e dois mil, novecentos e vinte e quatro euros e sessenta e seis centimos. -----

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente, o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à terceira Alteração/Modificação ao Orçamento 2013 – Despesa, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Ata. -----

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, referindo que fora confrontado com uma ida à GNR a fim de depor sobre o espólio da Mina do Espadanal, solicitando, caso viesse a necessitar de mais elementos, que lhe fosse permitido consultar documentação sobre essa matéria. -----

Seguidamente informou que falara com a família do Sr. Marcolino Sequeira Nobre sobre a questão da colocação do busto, tendo sido unânime a decisão de colocação do mesmo na rotunda junto ao Pingo Doce das Taipas. -----

Referiu, também, mais uma vez, a sua disponibilidade para colaborar na resolução das questões relativas à sede da UDRM. -----

Questionou também se havia alguma evolução no processo que envolvia o terreno do Sr. Nuno Lucas, junto ao Pingo Doce e Modelo. -----

Terminou a sua intervenção, transmitindo a preocupação que alguns munícipes lhe fizeram chegar sobre as obras a decorrer junto da Praça da República, que dignificavam sobremaneira a cidade de Rio Maior, nomeadamente a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

passadeira de ligação entre o Quiosque e a Pastelaria “Bellaria”, que tem um relevo significativo para pessoas com deficiência, designadamente para quem utiliza muletas ou que arrasta os pés, tendo-se já verificado uma queda no local, pelo que solicitava que a situação fosse colmatada. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, interveio, começando por questionar qual o ponto de situação da saída da Escola Superior de Desporto do Pavilhão Multiusos. -----

Questionou, também, o ponto de situação das medidas aprovadas pela Câmara no combate ao desemprego, a fim de minimizar o mesmo. -----

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA. -----

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, começando por informar o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, que a questão da passadeira já fora participada ao empreiteiro, pois também já tinham chegado à Câmara algumas chamadas de atenção nesse sentido. -----

Reportou-se seguidamente à colocação do busto do Sr. Marcolino Sequeira Nobre, opinando que o assunto devia ser agendado para uma próxima reunião de Câmara, dizendo que nada tinha a opor quanto ao local sugerido. -----

Relativamente à empresa Tecnoedif e quanto à eficiência energética nas Piscinas, informou que a poupança energética, no período de inverno, era superior a 45%, opinando que as obras realizadas em setembro tinham resultado, estando-se a atingir a poupança prevista no Caderno de Encargos. - Informou, ainda, haver uma carta da empresa, que se encontrava para análise dos serviços jurídicos da Câmara, onde afirmavam que atendendo a que não conseguiram cumprir o contrato no ano de 2011, estavam disponíveis para prolongar o período de garantia da obra. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

A Presidente interveio, começando por se reportar ao Espólio da Mina,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

informando que, também, fora contactada pela GNR nesse sentido. -----
Informou, de seguida, o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, que lhe seria facultada, a documentação que o mesmo entendesse sobre o espólio da Mina do Espadanal. -----

Seguidamente reportou-se à UDRM, informando, também, que teria muito gosto em receber a respetiva Comissão Administrativa, desejando que o processo se resolvesse o mais depressa possível.-----

Sobre a Escola Superior de Desporto informou que a transferência iria acontecer durante a semana em curso, dizendo que a mesma já estava a decorrer, que primeiro transitavam os serviços, depois os gabinetes dos professores e, por último, o equipamento das salas de aulas. -----

Sobre as medidas de apoio ao desemprego, a Presidente informou que na última sessão da Assembleia Municipal fizera referência a todo o trabalho que estava a ser desenvolvido pelo GIP, no âmbito de sessões e ações de esclarecimento desenvolvidas sobre as medidas de apoio existentes para pessoas desempregadas. -----

Aditou que, de momento, e em colaboração com o IEFP, estavam, também, a decorrer no concelho de Rio Maior um conjunto de cursos de formação profissional para desempregados, uns nas instalações do Pavilhão Polidesportivo, outros na Biblioteca Municipal, existindo um compromisso de, a curto prazo, surgirem mais cursos desta natureza.-----

Opinou que isto não resolvia o problema do desemprego, mas permitia aos desempregados do Concelho a frequência dos mesmos sem despesas de deslocação acrescidas.-----

Continuando no uso da palavra informou que fora publicado recentemente o programa “Impulso Jovem” que contemplava medidas para jovens desempregados, nomeadamente, “Passaporte Emprego – Economia Social”, “Passaporte Emprego”, “Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas”, destinados a jovens dos 18 aos 25 anos, aberto também às Autarquias Locais. Disse existir, ainda, o “Passaporte Emprego Agricultura”, destinado a jovens entre os 18 e os 35 anos, inscritos nos Centros de Emprego ou Centros de Emprego e Formação Profissional, como desempregados. -----

Aditou que as Associações Desportivas vocacionadas para o desenvolvimento

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

desportivo podiam ser entidades promotoras da medida “Passaporte Emprego Associações e Federações Juvenis e Desportivas”. -----

Mais disse que as referidas medidas não implicavam grandes encargos para as entidades promotoras, uma vez que eram comparticipadas, quase na totalidade, pelo IEFP. Neste sentido, referiu que a Câmara Municipal de Rio Maior iria apresentar candidaturas para as medidas destinadas às Autarquias locais, que embora não resolvessem o problema do desemprego, atenuava o mesmo enquanto as mesmas durassem. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, voltou a intervir, reportando-se ao Espólio da Mina do Espadanal, referindo que a GNR informara tratar-se de um processo a decorrer no Ministério Público, o qual solicitara informação à GNR. -----

Ainda sobre este processo, aditou que caso não houvesse possibilidade de acordo, o processo teria que ir a Tribunal, e gostaria de estar bem documentado. Referiu, também, lembrar-se que o espólio fora, na altura, para antiga capela junto aos Bombeiros Voluntários. -----

Relativamente ao desemprego e ao programa “Impulso Jovem” referiu ser uma boa oportunidade para o Associativismo, dizendo que atendendo ao facto dos encargos serem suportados, quase na totalidade, pela Administração Central, o movimento associativo ficaria muito grato a quem lhes proporcionasse a possibilidade de ter jovens no desenvolvimento das suas atividades. Mais disse, caso a Câmara Municipal decidisse encaminhar alguns jovens integrados nessas medidas para o Movimento Associativo, que era uma boa forma de ajudar a organizar o movimento associativo. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente voltou a intervir, referindo que as medidas integradas no programa “Impulso Jovem” ainda não estavam disponíveis na respetiva plataforma eletrónica para submissão das candidaturas, mas que iria obter informação mais pormenorizada junto do IEFP, no que respeitava à medida para Associações e Federações Juvenis e Desportivas.-----

Seguidamente referiu-se à empresa “Carnes Nobre” e respetiva deslocação da fábrica de Mem Martins para Rio Maior. Informou que lera no “Sapo Local” que o candidato, pelo PS, à Câmara Municipal de Sintra pretendia reunir com a administração da empresa, no sentido do encerramento da fábrica de Mem-Martins só acontecer em outubro, depois as Eleições Autárquicas, dizendo que, na sua opinião, a vida das empresas não era compatível com calendários autárquicos. -----

Aditou que, por vezes, são acusados de pouco fazer pelo emprego, mas quem já esteve ligado à iniciativa privada sabe, que em determinadas negociações, nomeadamente no que respeitava à reestruturação de empresas, devia haver total confidencialidade, razão pela qual, quando confrontada com o que se estava a passar com a citada empresa, nunca entrara em pormenores. -----

Frisou o seu contentamento pelo facto de terem criado as condições para que a empresa se mantivesse em Rio Maior, pois seria catastrófico, em termos económicos e sociais, que a situação que se estava a viver em Mem-Martins, acontecesse em Rio Maior. Opinou que fora determinante a plataforma de logística ter ficado no Concelho, salientando todas as diligências feitas nesse sentido. -----

Informou que ia ser feito um investimento de cerca de sete milhões nas instalações da fábrica, com a ampliação da mesma e com a deslocação, congratulando-se por ter sido esta a decisão final. -----

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré voltou a intervir, referindo que a informação dada pela Sra. Presidente não o surpreendera, pois quando o anterior executivo se envolvera no processo para que a parte logística ficasse em Rio Maior a administração da empresa “Carnes Nobre” informara a Câmara da decisão que ia tomar, sabendo-se que essa deslocação aconteceria mais cedo ou mais tarde. -----

Terminou a sua intervenção referindo não se regozijar com o que estava a acontecer em Sintra, mas considerava ser mérito dos Riomaiorenses e dos Executivos Municipais, terem criado as condições para que uma indústria que

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

foi criada em Rio Maior aqui continuasse. -----

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, voltou a usar da palavra, referindo que, na sua opinião, não era correto um candidato fazer uma coisa dessas. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA -----

A Presidente, de novo no uso da palavra, referiu não concordar, quer se tratasse desta empresa ou de outra e fosse em que Concelho fosse, apenas considerava que a vida empresarial e a iniciativa privada não se coadunavam com calendários eleitorais autárquicos. -----

ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO

CONTRATO DE COMODATO COM A ASSOCIAÇÃO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE RIO MAIOR – ATUALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO MENSAL – 2013 -----

Foi presente à Câmara a informação nº 17/SUGFC/2013, datada de 7 de fevereiro, relativa ao Contrato de Comodato com a Associação de Bombeiros Voluntários de rio Maior – Atualização da prestação mensal – 2013. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

UTILIZAÇÃO DO SALDO DE GERÊNCIA DE 2012 NO CÁLCULO DOS FUNDOS DISPONÍVEIS PARA O ANO DE 2013 – CIRCULAR DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES -----

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património, relativa à utilização do Saldo de Gerência de 2012 no cálculo dos fundos disponíveis para o ano de 2013 – Circular da ANMP. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

BALANÇO DA INTEMPÉRIE REGISTADA NOS DIAS 19 E 20 DE JANEIRO EM PORTUGAL CONTINENTAL – INQUÉRITO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS -----

Foi presente à Câmara um inquérito da ANMP, relativo ao balanço da Intempérie Registada nos dias 19 e 20 de janeiro em Portugal Continental. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, interveio, informando que os valores apresentados pelos Srs. Presidentes de Junta e pelos serviços da Câmara, apontavam para prejuízos num total de cerca de noventa e seis mil e quinhentos euros. Quanto aos prejuízos que envolviam os privados, estes contabilizavam cerca de quatrocentos e quarenta mil euros. -----

Finalizou esta matéria referindo que a Câmara ainda não dispunha de informação sobre o possível apoio. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

ORDEM DO DIA

DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº. 3 DO ARTIGO 68º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.

DESPACHO N.º 14/PRES/2013 – CANDIDATURA AO PROGRAMA QUALIFICAÇÃO DAS NOVAS GERAÇÕES – RECUPERAÇÃO, TRATAMENTO E ORGANIZAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS. -----

A Presidente apresentou o assunto tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, interveio, questionando se a candidatura em apreço era para tratar de património municipal, que como havia investimento público numa candidatura para qualificar documentos privados, gostaria de ser esclarecido. -----

A Dra. Cristina Vicente, Chefe da Unidade de Cultura, interveio, por solicitação

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

da Presidente, e informou que a Fundação António Quadros propusera uma parceria com a Câmara Municipal de Rio Maior, que estava ainda em estudo. A proposta era no sentido de ceder instalações à fundação, para esta ser transferida de Lisboa para a cidade de Rio Maior. -----

Aditou que, entretanto, surgira a oportunidade da Câmara apresentar candidatura à Gulbenkian, e como o prazo terminava a catorze de fevereiro, a autorização tivera de ser aprovada por despacho. -----

Informou o Vereador, Dr. Carlos Nazaré que o espólio em causa não era da Câmara Municipal de Rio Maior, que para isso acontecer teria de ser celebrado Protocolo que estava a ser preparado. Informou, ainda, que a proposta não tinha encargos diretos para o município, dado tratar-se apenas da cedência de instalações e apoio técnico. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, de novo no uso da palavra referiu não se recordar de ter sido aprovado qualquer protocolo sobre este assunto. Mais disse que do ponto de vista legal não fazia sentido a Câmara fazer uma candidatura para tratar de um espólio que ainda pertencia à Fundação António Quadros, sem um protocolo que legitimasse esse tratamento, opinou que poderia ser uma candidatura falhada. -----

Referiu ainda, que nestas condições tinha muita dificuldade em aceitar a candidatura em apreço, a não ser que lhe garantissem que do ponto de vista legal não havia implicações, pois tinha dúvidas sobre o facto de ainda não ter sido aprovado o protocolo. Disse, no entanto, perceber a intenção da Câmara em aproveitar a oportunidade, pois tratava-se de um património que do ponto de vista histórico, cultural e estratégico, era uma oportunidade a não perder.----

A Dra. Cristina Vicente, de novo no uso da palavra referiu que já, por diversas vezes, se candidataram a concursos da Gulbenkian e nunca tiveram a sorte de ver as candidaturas aprovadas. Referiu dado existir uma parceria com uma fundação, que isso traria à candidatura algum peso e que daria alguma vantagem para a candidatura ser aprovada. -----

Aditou tratar-se de uma parceria entre uma Câmara Municipal e uma fundação que tinha poucas condições para assegurar a preservação e a continuidade dos seus objetivos. Disse que tinha um espólio riquíssimo, pois António

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

Quadros fora uma pessoa muito importante na vida cultural portuguesa.-----
Terminou a sua intervenção, informando que a presidente da fundação tinha ligações a Rio Maior e o próprio António Quadros vivera em Vale de Óbidos ---

A Presidente voltou a intervir, referindo que o que a levava a assinar este despacho fora a data para apresentação da candidatura, dizendo que ambas as partes estavam conscientes de que o Protocolo ainda não estava aprovado, mas era a única possibilidade de apresentar a candidatura em tempo oportuno.

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira questionou qual era documentação tratada pela Fundação António Quadros.-----

A Dra. Cristina Vicente, de novo no uso da palavra, informou tratar-se de todo o acervo da Fundação, no que dizia respeito a António Quadros, sua mulher, pai e alguns outros autores portugueses menos conhecidos. -----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira referiu ainda que não ficava bem à Gulbenkian rejeitar uma candidatura onde estava incluído o nome da esposa do Sr. Presidente da República. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, de novo no uso da palavra, manifestou a sua preocupação no sentido da candidatura não ter condições para ser aprovada, dizendo, que, caso houvesse necessidade de elaborar despacho para regularizar a questão da parceria, que a Presidente devia fazê-lo. -----
Disse, também, que na sua opinião, devia ser elaborada declaração ou, carta de intenções, subscrita pela Sra. Presidente da Câmara e pelos responsáveis da Fundação, para efeitos de instrução da candidatura, onde se frisaria que as partes estavam empenhadas em constituir uma parceria para atingir os objetivos. -----

A Dra. Cristina Vicente esclareceu que a sugestão dada já fora assegurada na candidatura, pois uma das exigências da Gulbenkian era exatamente uma declaração da entidade parceira. Informou, também, que nas conversações havidas com a Presidente da Fundação, a intenção era no sentido de que o

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

acervo fosse legado ao Município de Rio Maior. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, interveio, começando por dizer que se a Câmara não tivesse avançado com a candidatura seria dito que se perdera a hipótese de apresentar a candidatura, salientando todo o empenho dos serviços, por, atempadamente, avançarem com a mesma, dizendo que se fosse reprovada não seria por falta de empenho.-----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, mais uma vez no uso da palavra, referindo que a sua intervenção deveria ser entendida no sentido construtivo, que inclusive, felicitara a Câmara e os serviços pela proposta apresentada, que apenas pretendia que a candidatura fosse eficaz e instruída com todos os documentos que a tornassem uma candidatura de sucesso. -----

A Presidente, de novo no uso da palavra, terminou este assunto reforçando todo o empenho quer da Vereadora, Dra. Sara Fragoso, quer dos serviços na apresentação da candidatura, desejando que a mesma fosse aprovada. -----

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o Despacho nº 14/PRES/2013, de 11 de fevereiro, pelo qual foi autorizada a candidatura ao Programa Gulbenkian Qualificação das Novas Gerações – Recuperação, Tratamento e Organização de Acervos Documentais. -----

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Votei favoravelmente este Despacho pela importância que tem este património para Rio Maior e no pressuposto de que a Câmara Municipal de Rio Maior e esta Fundação estabelecerão um Protocolo ou as condições de parceria que torne legítima a posição da Câmara nesta candidatura”.-----

A presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo PS.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:-----

“Subcrevo na íntegra a Declaração de Voto do Vereador, Dr. Carlos Nazaré e dizer que para mim como Riomaioense que registarei quando se concretizar que Rio Maior ficando na posse deste espólio enriquece de sobremaneira a cultura e o nosso concelho pelos vultos que estão inseridos em toda a documentação que vai ser colocada ao dispor dos Riomaioenses”. -----

A presente declaração de voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pelo PS.-----

SUBSIDIOS E APOIOS

CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “O NINHO” - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO -----

Foi presente à Câmara Ofício do Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”, datado de 14 de fevereiro de 2013, relativa à atribuição de subsídio ao Centro de Educação Especial “O Ninho”. -----

A Câmara deliberou por unanimidade nos termos e fundamentos constantes no ofício em apreço, atribuir um subsídio no valor de 10.000,00€ (dez mil euros) para apoio social, ao Centro de Educação Especial do Concelho de Rio Maior “O Ninho”. -----

A Presidente ausentou-se neste momento da Sala de Reuniões da Câmara. -----

ASSUNTOS DIVERSOS

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS E AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA DESMOR, EM, SA - PROPOSTA. -----

Foi presente à Câmara a proposta nº 3/VICE-CF/2013, datada de 13 de fevereiro, relativa à Alteração dos Estatutos e Aumento do Capital Social da Desmor, EM,SA. -----

O Vice-Presidente, interveio, começando por apresentar o assunto, salientando que se tratava do aumento do capital social da Desmor, da transformação da Desmor, EEM, em Desmor EM, SA., Pessoa Coletiva de Direito Privado - empresa local sociedade anónima e, ainda, da alteração dos artigos 1º a 32º dos Estatutos, bem como o aditamento dos artigos 33º a 41º. -----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, interveio, começando por se regozijar com o facto de a empresa não correr o risco de extinção. -----

Relativamente à proposta apresentada considerou ser uma alteração que tinha de ser feita por imperativos legislativos, dizendo que uma análise pormenorizada obrigaria a muito mais tempo dado a complexidade do processo, desejando que a Desmor cumprisse os objetivos para que fora criada, ou seja, para prestar um serviço eficiente às populações e aliviar a Câmara Municipal de custos. -----

Terminou a sua intervenção referindo que a prática dos últimos tempos tinha provado isso, esperando que assim continuasse. Relativamente à legislação que suportava as alterações em apreço, designadamente o facto de ser a Câmara Municipal o órgão máximo para aprovação em detrimento da Assembleia Municipal, considerava que o legislador não fora feliz, opinando que o processo deveria sempre passar por aquele órgão. -----

O Vice-Presidente, voltou a intervir, começando por agradecer as palavras de conforto, relativamente ao Dr. Carlos Coutinho e à Desmor, pois ao longo dos últimos anos vinha a ser feito um trabalho de excelência, sendo prova disso o facto de, ano após ano, a Desmor ter cada vez mais receitas próprias, dependendo cada vez menos do apoio financeiro da Câmara. -----

Frisou também a última ampliação do Centro de Estágios, cuja ocupação estava consecutivamente esgotada, dizendo que as pequenas alterações que eram necessário fazer, tinham de aguardar por datas disponíveis para que tal fosse possível. -----

Frisou todo o empenho do Conselho de Administração que contribuía decisivamente para que a empresa fosse menos uma preocupação do Executivo. Opinou que a proposta apresentada cumpria a Lei. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade de acordo com a proposta em apreço e ao abrigo do disposto no artigo 70º, nº 1, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, aprovar: -----

i) O aumento do Capital Social da Desmor, EEM de €49.879,79 (quarenta e nove mil oitocentos e setenta e nove euros e setenta e nove cêntimos) para €50.000,00 (cinquenta mil euros), através de entrada em numerário, a realizar integralmente, no valor de €120,21 (cento e vinte euros e vinte cêntimos); -----

ii) A transformação da Desmor, EEM (Entidade Empresarial Local de natureza municipal) para Desmor, EM, SA (Pessoa Coletiva de Direito Privado, empresa local sociedade anónima), com a alteração, em conformidade, da denominação; -----

iii) A alteração dos artigos 1º a 32º dos Estatutos e o aditamento dos artigos 33º a 41º, de acordo com a versão final atualizada em anexo à presente proposta. -----

NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO DA DESMOR, EM, SA - PROPOSTA. -----

Foi presente à Câmara a Proposta n.º 2/VICE-CF/2013, datada de 13 de fevereiro, relativa à Nomeação de Fiscal Único da DESMOR, EM, SA. -----

O Vice-Presidente, fez a apresentação do assunto, tendo efetuada a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade de acordo com a proposta em apreço e ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e artigo 22.º, n.º 1 dos Estatutos da Desmor, EM, SA., designar como Fiscal Único da Desmor, EM, SA para o Quadriénio 2013-2016, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Rosa Lopes, G. Mendes & Assoc., SROC, com Sede na Rua D. João de Castro, nº 71- C/ 4 Dt.º no Entroncamento. -----

Mais deliberou submeter a mesma à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal. -----

NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NA ASSEMBLEIA GERAL E INDICAÇÃO DOS TITULARES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA DESMOR, EEM - PROPOSTA.-----

Foi presente à Câmara a Proposta n.º 4/VICE-CF/2013, datada de 13 de fevereiro, relativa a Nomeação de Representante do Município de Rio Maior na Assembleia Geral e Indicação dos Titulares aos Órgãos Sociais da DESMOR, EM,SA.-----

O Vice-Presidente apresentou o assunto, tendo efetuado a leitura da minuta da deliberação.-----

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré, interveio, referindo que do ponto de vista das pessoas implicadas nada tinha a opor, pois todas eram merecedoras de respeito e consideração, pelo trabalho que têm feito, desejando-lhes um bom desempenho.-----

Relativamente aos membros do Conselho de Administração, referiu haver situações de pessoas que auferiam remuneração, o que considerava normal, referindo que gostaria de ter conhecimento da documentação relativa a essas mesmas remunerações e respetivos contratos, bem como o necessário acordo ou contrato de objetivos exigido pela Lei, no sentido de saberem quais são as condições de desempenho e os custos envolvidos.-----

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira, interveio, referindo concordar com a intervenção feita pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré, opinando que na vida pública tinha de haver ética, princípios que a todos deviam pautar, independentemente das funções ou cargos desempenhados. Disse que não estava em causa as pessoas indicadas, pois todas mereciam respeito e consideração pelo trabalho desempenhado, registando com agrado a indicação para a Mesa da Assembleia-Geral do Dr. Eduardo Agostinho, por todo o trabalho em prol do desporto em Rio Maior, nomeadamente no apoio ao longo dos anos, aos Clubes Desportivos e aos jovens. -----

Referiu, também, que a Dra. Isaura Morais, estava indicada por ser Presidente da Câmara, que não tinha qualquer dúvida da conduta ética da mesma,

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

referindo que se no próximo ato eleitoral para as Autarquias houvesse uma alteração da maioria na Câmara, com certeza que a Presidente colocaria o lugar à disposição, para que o novo executivo, tivesse a mesma liberdade de ação que o atual executivo teve quando remodelou, com todo o direito que lhe adveio da vitória nas últimas eleições autárquicas, quer administração da empresa municipal, quer administração da Escola Profissional.-----

Frisou que iria votar favoravelmente, no pressuposto que os valores éticos seriam afirmados, se houvesse necessidade disso. -----

Terminou a sua intervenção, congratulando-se, mais uma vez, pelo êxito da atividade desenvolvida pela Desmor, pela forma como tem sido gerida, considerando que o Sr. Vice-Presidente devia sentir uma satisfação redobrada dado ter sido, também, um dos responsáveis pela 1ª fase da construção do Centro de Estágios, devendo estar recordado das diversas diligências efetuadas na altura. -----

Opinou ainda, ser reconfortante, para quem exercia cargos públicos, para quem nasceu nesta terra, verificar que obras tão contestadas inicialmente, desempenhavam um papel tão importante na atividade desportiva, social e económica do Concelho. Congratulou-se, também, pela maneira como a Desmor tinha sido gerida, pela capacidade de quem estava à frente da sua estrutura e que tinha posto este equipamento ao serviço do concelho de Rio Maior. -----

O Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, de novo uso da palavra, opinou ser uma honra para todos os Riomaiorenses o estatuto que a empresa Desmor, atualmente tinha, não só a nível local, como nacional e internacional, pois eram muitas as seleções que procuravam o Centro de Estágios, como por exemplo da América e da Ásia, sendo esse o reconhecimento da qualidade das instalações, da capacidade de gestão e organização.-----

Frisou que um Centro de Estágios como o de Rio Maior era obra de várias décadas, salientando que todas as pessoas que lá passaram deram o seu melhor, frisando que uma estrutura daquela dimensão, com o envolvimento que tinha e com as verbas ali geridas, tinha de ter uma gestão personalizada. -----

Terminou a sua intervenção referindo que a Câmara Municipal estava de parabéns, todo o Executivo, dizendo que o Dr. Carlos Coutinho iria continuar a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

fazer um trabalho de qualidade e em quantidade como tem acontecido. -----
Referiu que, caso houvesse alterações nas próximas eleições autárquicas, com certeza que colocariam os lugares à disposição, atitude semelhante à que acontecera anteriormente.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, de acordo com a proposta em apreço e ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e artigos 10.º, n.º 4 e 13.º dos Estatutos da Desmor, EM, SA:-----

- i) Nomear como representante do Município de Rio Maior na Assembleia-Geral da Desmor, EM, SA, a Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Dr.^a Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais;-----
- ii) Indicar ao representante do Município que, na Assembleia-Geral da Desmor, EM, SA, para eleição dos órgãos sociais para o quadriénio 2013-16, promova a eleição dos seguintes titulares:-----

MESA DA ASSEMBLEIA-GERAL:-----

Presidente: Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais;-----

Vice-Presidente: Eduardo do Rosário Agostinho;-----

Secretário: José Manuel Baptista Oliveira.-----

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:-----

Presidente: Carlos Augusto Pinhão Coutinho (com funções executivas e remuneradas);-----

Vogal: João António Lopes Cadoso (membro não executivo e não remunerado).-----

ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE RIO MAIOR, EM - PROPOSTA.-----

Foi presente à Câmara o ofício nº 057/2013, da Escola Profissional de Rio Maior, LDA, EM, datada de 13 de fevereiro, relativa à Alteração dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, LDA, EM – Proposta. -----

O Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

A Câmara deliberou por unanimidade de acordo com o ofício em referência aprovar a proposta de alteração dos estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, Lda., EM, de acordo com a versão final anexa à presente proposta. -----

***NOMEAÇÃO DE FISCAL ÚNICO DA ESCOLA PROFISSIONAL EM - PROPOSTA.*-----**

Foi presente à Câmara Proposta n.º 5/VICE-CF/2013, datada de 13 de fevereiro, relativa a Nomeação de Fiscal Único da Escola Profissional de Rio Maior. LDA EM.-----

O Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade de acordo com a proposta em apreço e ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artigo 26.º, n.º 3 da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, e artigo 19.º, dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM, designar como Fiscal Único da Escola Profissional de Rio Maior, Lda, EM, para o Quadriénio 2013-2016, a Sociedade Pão Alvo & Associado, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, LDA representada pelo Dr. José Luís Simões Pão Alvo, ROC 803.-----

Mais deliberou submeter a mesma à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal -----

***NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR NA ASSEMBLEIA GERAL E INDICAÇÃO DOS TITULARES AOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA DESMOR,LDA, EEM - PROPOSTA.*-----**

Foi presente à Câmara Proposta n.º 6/VICE-CF/2013, datada de 13 de fevereiro, relativa a Nomeação de Representante do município de Rio Maior na Assembleia Geral e Indicação de titular ao Órgão Social da Escola Profissional de Rio Maior, LDA EM. -----

O Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, fez a apresentação do assunto, tendo

efetuado a leitura da minuta de deliberação. -----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, de acordo com a proposta em apreço e ao abrigo do disposto nas disposições conjugadas do artº 26º, nº 2 da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e artigos 10º, nº 2 e 15º, nº 2 dos Estatutos da Escola Profissional de Rio Maior, LDA EM:-----

- i) Nomear como representante do Município de Rio maior na Assembleia-Geral da Escola Profissional de Rio Maior, LDA,EM, a Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais;-
- ii) Designar como Gerente para o Conselho de gerência da Escola Profissional de Rio maior, LDA,EM, cabendo-lhe a Presidência deste órgão social, João António Lopes Candoso (membro não remunerado).-----

A Presidente da Câmara entrou neste momento na Sala de Reuniões da Câmara.-

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DE RECRUTAMENTO DE CARGO DIRIGENTE E ATRIBUIÇÃO DE DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO. -----

Foi presente à Câmara Proposta n.º 1/VICE-CF/2013, datada de 13 de fevereiro, relativa à constituição do júri de recrutamento de cargo dirigente e atribuição de despesas de representação.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta em apreço. nos termos do n.º 1, do artigo 13.º e artigo 24.º, n.º 2 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, propor à Assembleia Municipal, para aprovação por este órgão a composição do júri de recrutamento do cargo de dirigente de nível intermédio de 2º grau para a Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território e respetiva atribuição das despesas de representação ao titular do respetivo cargo, nos seguintes termos: -----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

l)Constituição do Júri do referido procedimento concursal: Presidente: Arquiteta Maria João Marques Pacheco Botelho; Coordenadora da APRODER (Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo);-----
Vogais Efetivos: Francisco José Ferreira Serra, Chefe da Equipa Multidisciplinar de Apoio às Freguesias; Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos;-----
Vogais Suplentes: Ricardo Nuno Bento do Rosário, Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas, Espaço Público, Equipamentos e Apoio às Freguesias; Jorge Fróis Colaço, Chefe de Divisão da Unidade Financeira, Contabilidade, Aprovisionamento e Património;-----
Atribuição de despesas de representação ao dirigente de nível intermédio de 2º grau, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº 2 do artigo 31º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro, com as correspondentes atualizações anuais, atento o facto dos dirigentes em funções no Município de Rio Maior auferirem, igualmente, despesas de representação, conforme deliberação da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2012.-----

GABINETE DE APOIO JURIDICO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

BAR DA ESTAÇÃO CENTRAL CAMIONAGEM DE RIO MAIOR - DENÚNCIA DE CONTRATO.-----

Foi presente à Câmara a Informação do Gabinete Jurídico e Contratação Pública, datada de 14 de Fevereiro de 2013, relativa à Denúncia do Contrato de Arrendamento do espaço destinado a bar, sito no edifício da Estação Central de Camionagem de Rio Maior. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de acordo com a informação em apreço, o seguinte:-----

Acionar a caução prestada para garantia pontual das rendas;-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

A elaboração de acordo a celebrar entre as partes a submeter oportunamente a Câmara Municipal para aprovação.-----

Que seja dado conhecimento ao arrendatário da informação do Gabinete Jurídico e Contratação Pública, datada de 14 de Fevereiro de 2013.-----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE

TAQUINHAS 2013 - PATROCÍNIOS.-----

Foi presente à Câmara informação nº 17/UCPCTJ/CULT/2013, datada de 11 de fevereiro - Tasquinhas 2013 – Patrocínios.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade autorizar a arrecadação da verba mencionada na informação em apreço, no âmbito da realização da XXVIII Edição da Feira de Gastronomia Artesanato e Doçaria – Tasquinhas 2013. -----

TAQUINHAS 2013 - BILHETEIRAS.-----

Foi presente à Câmara informação nº 15/UCPCTJ/CULT/2013, datada de 07 de fevereiro relativa a Tasquinhas 2013 – Bilheteiras. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a nomeação dos coordenadores e demais trabalhadores adstritos às bilheteiras, bem como respetivas regras de funcionamento, nos termos da informação em apreço;-----

- Manter o valor do ingresso, 1,50 € de sexta-feira a domingo, e a existência de cadernetas de 10 ingressos no valor de 12,50 €;-----

- Aprovar a redução de 50 % aos portadores do cartão RM Jovem, cartão 65 e

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

cartão de estudante (escolas de Rio Maior);-----

Mais deliberou considerar o montante de 1.250,00 € (mil duzentos e cinquenta euros), para trocos a utilizar nas bilheteiras, nos termos da mesma informação.-

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, ausentou-se neste momento da sala de reuniões da Câmara.-----

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR) - ANO 2013.-----

Foi presente à Câmara a informação nº 05/UFCAP, datada de 11/02/2013, relativa a Modificação Orçamental - 1ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) – 2013.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Modificação Orçamental - 1ª Revisão ao Orçamento (Receita e Despesa) e às Grandes Opções do Plano (Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes) 2013, e, nos termos da alínea c) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, com a redação dada pela Lei nº 5-A/2002, submeter à aprovação da Assembleia Municipal.-----

COMPROMISSO PLURIANUAL 2014 - CENTRO ESCOLAR Nº 4.-----

Foi presente à Câmara a informação nº 19/SUGPC, datada de 12 de fevereiro, relativa ao Compromisso Plurianual 2014 – Escola Básica do Nordeste do Concelho – Fráguas - Centro Escolar n.º 4. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta

de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, submeter à autorização da Assembleia Municipal o compromisso plurianual da Escola Básica do Nordeste do Concelho – Fráguas – Centro Escolar n.º 4, no valor de 358.614,02 € para 2014. -----

LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DAS ZONAS P2, P4, E P6 - PROCESSO Nº 20/2004/SAGEF. -----

Foi presente à Câmara a informação nº 49/2013/SUGFCAP- EMPREITADAS, datada de 12 de fevereiro, relativa à Liberação de Caução – Empreitada de Requalificação Urbana das Zonas P2, P4, e P6 – Processo nº 20/2004/SAGEF.

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a libertação de caução prestada pela empresa “Lena Engenharia e Construções, S.A”, no âmbito da empreitada mencionada em epígrafe, dando assim cumprimento ao artº 229 do Dec-Lei nº 59/99 de 2 de março. -----

EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 900.000,00€ - CLÁUSULAS CONTRATUAIS.-----

Foi presente à Câmara Informação n.º 3/2013/UFCAP/AL, datada de 13 de fevereiro, relativa ao Empréstimo de Curto Prazo até ao Montante de 900.000,00 Euros – A provação das Cláusulas Contratuais. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação e dado os necessários esclarecimentos.-----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar as cláusulas contratuais do empréstimo de curto prazo até ao montante de € 900.000.00 à Caixa de

Crédito Agrícola nos termos propostos na informação em apreço. -----

UNIDADE DE URBANISMO, PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO
TERRITÓRIO

PEDIDO DE CERTIDÃO DE ATRIBUIÇÃO DE NÚMERO DE POLÍCIA E CERTIFICAÇÃO DE MORADA, EM QUINTA DO SANGUINHAL, LOTE 391, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE ESTORES LEÃO INDÚSTRIA DE TOLDOS E ESTORES, LDA.-----

Foi presente à Câmara um pedido de certidão de atribuição de número de polícia e certificação de morada, em Quinta do Sanguinhal, Lote 391, freguesia de Rio Maior, em nome de Estores Leão – indústria de todos e estores, Lda., acompanhada de Informação do Sector de Topografia e parecer emitido pelo Chefe da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território. --

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face à informação e parecer supracitado, certificar que o prédio assinalado na planta anexa, situa-se na Rua nº 10 – Francisco Botão Pereira (empresário), foram atribuídos os números de polícia quinze e dezassete (15 e 17) em Zona Industrial, Freguesia de Rio Maior, anteriormente designada por Quinta do Sanguinhal. -----

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM VALE TRAVESSO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE NATALINA DA CONCEIÇÃO FÉLIX DA COSTA.-----

Foi presente à Câmara um pedido de certidão de aumento de compartes, em Vale Travesso, Freguesia de Rio Maior, em nome de Natalina da Conceição Félix da Costa, acompanhado de Informação do Sector de Topografia e parecer emitido pelo Chefe da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território. -----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM PALMOEIRO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES - SOC. DE SOLICITADORES, R.L -----

Foi presente à Câmara um pedido de certidão de aumento de compartes em Palmoeiro, Freguesia de Rio Maior, em nome de Paulo César Carvalho & Graça Figueiredo Lopes – Sociedade de Solicitadores, RL, acompanhado de Informação do Sector de Topografia e parecer emitido pelo Chefe da Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação.-----

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade face às informações supracitadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis. -

PROCESSO N.º 6/1998 –ALTERAÇÃO À LICENÇA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO COM O ALVARÁ Nº 3/2003 - JOSÉ ALBERTO PERES FERREIRA. -----

Foi presente à Câmara o Processo nº 6/1998 – Alteração à Licença de Operação de Loteamento titulada com o Alvará nº 3/2003, em nome de José Alberto Peres, sito em Freiria ou Vale Falante, Lote nº 42 – Rio Maior, em nome de José Alberto Peres Ferreira acompanhado de pareceres emitidos pela Unidade de Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação.-----

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face aos pareceres emitidos, aprovar a alteração da licença de operação de loteamento, de acordo com o n.º 8 do artigo 27º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, com a atual redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2010, de 30 de Março. -----

OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA - CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE O MUNICÍPIO E A LT – SRU, EM.-----

Foi presente à Câmara a Operação de Reabilitação Urbana – Contrato de Aquisição de Serviços entre o Município e a LT – SRU, EM, acompanhada de Informação técnica emitida a 14 de fevereiro e documentos anexos.-----

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efetuado a leitura da minuta de deliberação.-----

A Câmara Municipal em face do exposto deliberou por unanimidade: -----

1.Encarregar a LT- Sociedade de Reabilitação Urbana, EM da preparação do projeto de operação de reabilitação urbana adequado a cada intervenção específica, bem como da execução da avaliação do edificado e dos espaços públicos e respetivo programa estratégico de reabilitação urbana de acordo com o disposto no artigo 33º do regime jurídico da reabilitação urbana, no prazo máximo de 3 anos a contar da data de aprovação da delimitação da ARU;-----

2.Aprovar a minuta do contrato de aquisição de serviços para o efeito, que se anexa;-----

3.Autorizar a assunção do compromisso plurianual de acordo com a deliberação da Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2012, sendo, no ano de 2013 no valor € 3.119,80, no ano de 2014 no valor de € 3.600,00 e no ano de 2015 no valor de € 6.000,00 (valores a que acresce o IVA à taxa legal em vigor);-----

4.Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento do compromisso plurianual assumido. -----

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE ALCOBERTAS – DECLARAÇÃO DE INTERESSE PARA A COMUNIDADE. -----

Após apresentação do assunto pela Presidente, o mesmo foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do artº 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, tendo sido admitido por unanimidade. -----

Foi presente à Câmara uma carta da Fábrica da Igreja Paroquial de Alcobertas, datada de 11 de fevereiro, relativa a Declaração de Interesse para a Comunidade, acompanhada de parecer emitido pela Unidade de Obras, Urbanismo, Planeamento e Ordenamento do Território. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, informou que a proposta apresentada surgia na sequência de uma reunião realizada com o Sr. Padre, pois a igreja estava em obras para ampliação do Centro Pastoral e para se candidatarem ao possível apoio do APRODER necessitavam de uma declaração de interesse para a comunidade, emitida pela Câmara e Assembleia Municipal. -----

A Câmara Municipal em face dos documentos apresentados e do parecer emitido, deliberou por unanimidade concordar com os fundamentos explanados, reconhecendo o relevante interesse do projeto para a comunidade, que de forma inquestionável irá potenciar o apoio à comunidade, o desenvolvimento social e cultural e tornar-se num elemento agregador da comunidade e potenciar a entajuda e o apoio comunitário. -----
Mais deliberou que o assunto seja presente à Assembleia Municipal para aprovação. -----

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

NUNO FERREIRA LUCAS -----

O munícipe Nuno Ferreira Lucas reportou-se ao processo que envolvia a

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

empresa Fozmassimo e agradeceu a disponibilidade da Sra. Presidente e dos Srs. Vereadores que estiveram no local, questionando se a Câmara estava disponível para assumir aquele encargo, para que o terreno não ficasse desvalorizado. Aditou que continuava a aguardar que a Câmara definisse o que pretendia para o local. -----

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA -----

O Munícipe João Narciso Verde da Costa reportou-se em primeiro lugar à zona envolvente do Bairro Social de Vale de Óbidos, recordando que os moradores cederam trinta e dois metros quadrados para que a rua funcionasse. -----

Salientou o esforço do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Maior em proceder ao alindamento daquela zona, e referiu que a mesma estava intransitável há cerca de um ano. -----

Seguidamente referiu-se às diversas questões que envolviam a UDRM e questionou o Vereador, Dr. Nuno Malta, como responsável do património, se haveria necessidade do processo de permuta do bem ser presente à Assembleia Municipal. -----

A Presidente interveio e informou o munícipe Nuno Lucas, que na visita ao local, ficara acordado efetuar a realização de um levantamento topográfico para se definir o que se pretendia para aquela zona e posteriormente se tomar uma posição. -----

O munícipe Nuno Lucas voltou a intervir, referindo que essa situação já ficara acordada em julho de 2012. -----

Referiu ainda, não perceber por que razão se discutia tanta coisa para resolver um problema, afirmando que não iria permitir que o processo se arrastasse, indefinidamente. -----

A Presidente, de novo no uso da palavra, referiu que o processo abrangia duas questões, nomeadamente a questão que envolvia a Fozmassimo e o proprietário Nuno Lucas, e a segunda que surgia, posteriormente, no sentido da Câmara poder defender o interesse público na questão dos arranjos e do

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

projeto existente para todo o arruamento. Lamentou não se estar a conseguir resolver a primeira questão, para se avançar para a resolução da segunda. -----

O Vereador Dr. Carlos Nazaré interveio, começando por agradecer a disponibilidade da Presidente na resolução deste assunto, pois aquela ida ao local permitira perceber a realidade. Considerou, também, que quer a Câmara Municipal avançasse para a expropriação litigiosa, quer o munícipe Nuno Lucas encontrasse um processo de negociação amigável com a Fozmassimo, a solução para a qual se apontava, não era a solução do ponto de vista do ordenamento, nem a solução urbanística para aquele local. -----

Opinou, ainda, ser preferível reconsiderar todo o processo, no pressuposto do interesse municipal ser conseguido e se o fosse sem prejuízo dos particulares, tanto melhor. Salientou que a Câmara devia saber exatamente o que queria para o local e qual a melhor solução. -----

Terminou a sua intervenção referindo que neste aspeto o munícipe Nuno Lucas não devia lamentar a tomada de posição da Câmara, pois esta parou para analisar todo o processo. -----

A Presidente, de novo no uso da palavra, referiu-se à UDRM e informou o Sr. João Verde da Costa que já recebera a carta a solicitar reunião urgente. Aditou que iria envolver todo o Executivo Municipal na tentativa de resolução, dizendo que, posteriormente tornariam a falar sobre esta matéria. -----

O Vereador, Dr. Carlos Frazão, interveio, começando por salientar o trabalho realizado na zona envolvente ao Bairro Social de Vale de Óbidos, pela Junta de Freguesia de Rio Maior. Informou, também, não estar previsto o alcatroamento, havendo, no entanto, o compromisso do empreiteiro tentar minorar o impacto negativo ali existente. -----

ENCERRAMENTO

Quando eram dezasseis horas e quarenta e cinco minutos a Presidente, Dra. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente ata, a qual vai ser

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 18 DE FEVEREIRO DE 2013

assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____